

TERMO DE REFERENCIA

SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO-DE-OBRA

Fundo Municipal para Defesa da Pessoa Idosa

Processo Administrativo nº 121.089/2025

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

a) Contratação de serviços na modalidade Pregão Eletrônico, para realização **capacitação e formação continuada presencial**, com temáticas e conteúdos técnicos referentes às atividades desta Secretaria, visando atualizar e aprimorar os conhecimentos e competências técnicas dos gestores, trabalhadores da Assistência Social, conselheiros municipais e outros atores envolvidos na oferta de serviços à população, conforme descreve o objeto deste Termo de Referência, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDA DE	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	CURSO DE TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO	Serviço	04	R\$ 13.180,00	R\$ 52.720,00
Total			R\$ 52.720,00		

b) O serviço objeto desta contratação é caracterizado como comum, conforme

justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

c) O prazo de vigência do contrato é de 12 meses, contados da sua publicação, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

d) O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

a) Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

b) O objeto da contratação está previsto no Plano de

Contratações Anual [2025], conforme detalhamento a seguir:

ID PCA no PNCP: PCW00720.2025-94

2.1 Da Justificativa da NÃO aplicação dos ART. 47 E 48 DA LC 123/2006

c) A decisão por lote único se apoiou em uma análise/pesquisa do mercado, que demonstrou uma capacidade adequada das empresas para atender à demanda total deste projeto, reafirmando que o modelo escolhido está alinhado às práticas do setor econômico relevantes. As atividades de capacitação exigem um planejamento unificado e uma abordagem coerente para garantir o sucesso do projeto educacional. A análise indicou que a divisão do objeto poderia resultar em complicações logísticas e impactos negativos na aplicação uniforme dos programas de ensino, além de aumentar os custos operacionais, comprometendo a viabilidade econômica da iniciativa;

d) Em virtude dos fatores acima, optou-se por lote único. Essa decisão foi amparada pela certeza de que a divisão acarretaria prejuízos tangíveis ao projeto, impactando negativamente a qualidade das atividades de capacitação propostas e para assegurar a uniformidade e integridade do programa, conclui-se que o parcelamento não seria benéfica. A uniformidade na execução do serviço é primordial para atingir os resultados educacionais desejados no contexto da assessoria/consultoria.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

a) A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

- A solução proposta pela contratação de uma empresa especializada para realização de capacitação e formação continuada deriva da necessidade de constante atualização e aprimoramento dos conhecimentos para o

enfrentamento dos fenômenos do cotidiano dos trabalhadores da Assistência Social e apropriação pelos atores das demais áreas e do controle social.

- Da descrição dos requisitos da contratação. O caráter especializado dos profissionais que realizarão a capacitação e formação continuada é imprescindível, uma vez que, há uma multiplicidade de áreas e há profissionais com especialização que ora oferecem seus serviços profissionais e podem contribuir para, qualificar os gestores, trabalhadores e conselheiros que conseqüentemente, ofertarão melhores atendimento aos munícipes de Vila Velha.

- A contratação pretendida, de uma empresa de assessoria/consultoria, permite diversificar a oferta de capacitação e formação continuada, atualmente oferecida na modalidade de Educação a Distância (EAD) pelos demais entes demonstrando o compromisso do ente municipal na efetivação da política pública.

CONTEÚDOS DA CAPACITAÇÃO E FORMAÇÃO CONTINUADA

FORMAÇÃO CONTINUADA: PESSOA IDOSA QUANTIDADE: 04 turmas			
PERÍODO PREVISTO	TEMÁTICA	TURNO	CARGA HORÁRI A
2º SEMESTRE 2024 E 1º SEMESTRE DE 2025	1. Aspectos gerais do Envelhecimento 1.1 Dimensões do envelhecimento; 1.2 Demografia do processo de envelhecimento e suas repercussões.	Matutino no Vespertino	8 horas
	2. Sistema de Garantia de Direitos da Pessoa Idosa 2.1 Política Nacional de Pessoa Idosa 2.2 Órgãos que integram a Rede de Proteção Social à Pessoa Idosa	Matutino no Vespertino	8 horas
	3. Os Conselhos de Direitos 3.1 Participação e controle social 3.2 Função do Conselheiro 3.3 Fundo Municipal para a Pessoa Idosa 3.4 Ciclo orçamentário	Matutino no Vespertino	8 horas

	4. Violência contra a pessoa 4.1 Como identificar e onde notificar a violência? 4.2 Comunicação não violenta.	Matuti no Vesper tino	8 hora s
Total de horas			32 horas

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade:

Possível impacto: consumo de recursos materiais, tais como papel e plástico, em materiais didáticos impressos, podendo resultar em aumento de resíduos sólidos.

Indicação: Quando possível, adoção de materiais didáticos digitais em substituição aos impressos, reduzindo a demanda por papel e plástico, em consonância com o princípio do desenvolvimento nacional sustentável e com a promoção da eficiência no uso dos recursos, conforme o Art. 5º da Lei nº 14.133/2021. No mais, espera-se que a contratada faça a devida destinação das embalagens que envolve os materiais, equipamentos e demais instrumentos acessórios essenciais à prestação dos serviços.

Garantia de Contratação:

- Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual de 5% e condições descritas nas cláusulas do contrato.
- A garantia nas modalidades caução e fiança bancária deverá ser prestada em até 10 dias após a assinatura do contrato
- No caso de seguro-garantia sua apresentação deverá ocorrer, no máximo, até a data de assinatura do contrato
- O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação
- O Contratado deverá realizar a transição contratual com transferência de conhecimento tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

- a) Após o envio da Ordem de Serviço, a empresa contratada será notificada pela Contratante para definição do cronograma de cada turma, a data, horário e demais especificações e alinhamentos referente à programação.
- a) Os cursos serão realizados por turma de até 30 pessoas, na modalidade presencial na cidade de **Vila Velha/ES**, cabendo a empresa contratada comprometer-se por todos os recursos necessários e a infraestrutura, tal como descrito no objeto do Termo.
- b) A empresa deverá dispor/providenciar uma sala na cidade de Vila Velha/ES com capacidade 30 pessoas/turmas, dispondo de café, água, copos e banheiros, observando as condições de acessibilidade (após a assinatura do contrato, a empresa deverá comprovar em até 30 dias que dispõe de sala na cidade de Vila Velha/ES, visto que a capacitação se dará de forma presencial).
- c) Indicação do respectivo responsável técnico devidamente habilitado para o desempenho dos serviços ora licitados;
- A empresa arrematante deverá comprovar o vínculo empregatício com o profissional indicado, através da apresentação de cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), da ficha de registro de empregados, contrato de prestação de serviços ou contrato de prestação de serviços que se refira à obrigação futuro (no caso de algum profissional ser sócio da empresa, não é necessário apresentar comprovação de vínculo, o que se dará pelo próprio contrato social);
 - O contrato de prestação de serviços que se refira à obrigação futura do profissional em responder tecnicamente pela licitante deverá especificar sua vinculação à execução integral do serviço objeto desta licitação.
 - O profissional indicado pelo licitante para fins de comprovação da capacidade técnica-profissional deverá acompanhar a execução dos serviços, admitindo-se sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração. Para essa substituição, a qualificação técnica do profissional substituto deverá atender as mesmas exigências deste Edital.
- d) A empresa arrematante deverá indicar o/a facilitador(es)

e/ou professor(es) com 30 (trinta) dias de antecedência ao início da capacitação

e) A empresa deverá emitir certificados reconhecidos e válido em todo território nacional.

f) A contratada é responsável pelo fornecimento de material de apoio tais como: cadernos de orientação, legislação ou cartilhas (impressos ou formato digital), kit aluno contendo caneta esferográfica e blocos de anotação.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

a) O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

b) Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

c) As comunicações entre o órgão e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

d) O órgão poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

e) Após a assinatura do contrato e envio da autorização de serviço, o órgão poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do cronograma e demais alinhamentos.

f) A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

g) O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

- h) O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);
- i) Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);
- j) O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);
- k) No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);
- l) O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).
- m) O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).
- n) O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).
- o) Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23,

IV).

p) O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

q) O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

r) O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

s) O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

t) O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

u) O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

v) O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos

procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1 Medição:

a) A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR):

(1) Lista de Presença - mínimo de 75% de participação para emissão do certificado.

(2) Documento de avaliação da formação - Critérios mínimos da avaliação:

(2.1) Metodologia de aplicação do conteúdo pertinente com o tema;

(2.2) Capacidade de expor a temática;

(2.3) Conteúdo adequado para as práticas profissionais;

(2.4) Disponibilização de material utilizado na formação;

(2.5) Disponibilização de material para estudo complementar e sugestões de bibliográficas;

(2.6) Espaço Físico da formação;

(2.7) Feedback geral e sugestões.

b) Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

(1) Não produzir os resultados acordados,

(2) Deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas;
ou

(3) Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

c) A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.2 Do Pagamento

- a) Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias, após apresentação das "Notas Fiscais/Faturas", as quais deverão conter as indicações dos serviços contratados com base no Contrato do Objeto desta licitação, os quais deverão vir acompanhados de demais documentos eletrônicos (relatórios, autorizações, documentações de serviços e entre outras geradas com base nos serviços e retinas aplicados), sendo relacionados conforme as condições indicadas.
- b) Cada pagamento somente será efetuado após a comprovação pela CONTRATADA de sua regularidade fiscal e trabalhista, conforme condições dispostas neste Edital.
- c) Para o efetivo pagamento, deverão ser previamente enviadas para o Gestor/Fiscal do Contrato as Notas Fiscais/Faturas pré-formatadas para sua avaliação, as quais deverão ser entregues e protocoladas conforme indicado pela PMVV
- d) Nenhum pagamento será efetuado à(s) CONTRATADA(S) enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplemento contratual.
- e) As Notas Fiscais/Faturas deverão ser emitidas pela(s) CONTRATADA(S), obrigatoriamente, com o número de inscrição do CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e indicação do número do contrato/processo objeto desta licitação.
- f) Os demais documentos eletrônicos (relatórios, autorizações, documentações de serviços e entre outras geradas com base nos serviços e retinas aplicados), ou seja, aqueles relacionados para acompanhamento junto com as Notas Fiscais/Faturas, poderão ser disponibilizados por meio eletrônico, seja para e-mail do "Gestor/Fiscal do Contrato" ou por "Sistema Web" porventura disponibilizado pela(s) CONTRATADA(S).
- g) Havendo erro na apresentação da "Nota Fiscal/Fatura", ou ainda, dos documentos pertinentes à contratação dos serviços ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a(s) CONTRATADA(S) providencie(m) as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento

iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

h) Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

i) O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

j) Os preços contratados por meio do Objeto desta Licitação, poderão sofrer reajuste, aplicando-se o "Índice INCP" (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), cuja data base está vinculada à data do orçamento estimado, nos termos do Art. 25, §7º da Lei nº 14.133/2021.

k) Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.3 Antecipação de pagamento

A presente contratação NÃO permite a antecipação de pagamento.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1 Forma de seleção e critério de julgamento da proposta:

a) O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

8.2 Exigências de habilitação:

b) Para fins de habilitação técnica, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

- Apresentar atestado de capacidade técnica que comprove ter desenvolvido trabalhos e/ou atividades similar ao tema proposto junto à administração pública e/ou instituições privadas;

8.3 DA PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO/COOPERATIVAS

a) Quanto a participação de Empresas em consórcio e/ou cooperativas, informamos que para o presente objeto, optamos nesse ato pela vedação, justificando que o objeto a ser contratado, em todos os lotes, não possui complexidade para tanto. Tendo em vista que é prerrogativa do Poder Público, na condição de contratante, a escolha da participação, ou não, de empresas constituídas sob a forma de consórcio, com as devidas justificativas, conforme se depreende da literalidade do texto da Lei nº 14.133/2021, que em seu Art. 15 que atribui à Administração a prerrogativa de admissão de consórcios em licitações por ela promovidas, pelos motivos já expostos, conclui-se que a vedação de constituição de empresas em consórcio, para o caso concreto, é o que melhor atende ao interesse público, por prestigiar os princípios da competitividade, economicidade e moralidade.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

a) O custo estimado total da contratação é de **R\$ 52.720,00** (cinquenta e dois mil e setecentos e vinte reais), conforme custos unitários apostos na tabela do item 1 - CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- a) As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos do Fundo Municipal para a Infância e Adolescência de Vila Velha.
- b) A dotação será indicada no momento oportuno do processo.

12. Responsáveis pela Elaboração

O modelo do Termo de Referência adotado trata de Anexo da Portaria Conjunta SEMAD/PGM/ SEMCONT nº 04/2024.

Vila Velha, 15 de janeiro de 2026

Katia Mariano do Nascimento

Gerente Gestão SUAS

Matrícula: 9077499

Rebbeka Ferreira da Silva Medeiros

Coordenador de Contratos e Convênios

Matrícula: 10006596

DECLARAÇÃO

APROVO O CONTEÚDO DO TERMO DE REFERÊNCIA DESTINADO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PARA REALIZAÇÃO CAPACITAÇÃO E FORMAÇÃO CONTINUADA PRESENCIAL, CONFORME AS ESPECIFICAÇÕES, QUANTIDADES ESTIMADAS E CONDIÇÕES CONSTANTES NESTE TERMO PARA ATENDER AS DEMANDAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA VELHA/ES-PMVV.

DESSA FORMA, À VISTA DAS INFORMAÇÕES TRAZIDAS AOS AUTOS, DECLARO O CUMPRIMENTO DOS INCISOS I E II DO ART. 16 DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL, E QUE A DESPESA ENCONTRA-SE ADEQUADA COM A LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL E COMPATÍVEL COM A LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS E AINDA, COM O PLANO PLURIANUAL, ESTANDO O PRESENTE PROCESSO EM CONDIÇÕES DE DAR INÍCIO AOS PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS.

Marcia de Oliveira Barcellos

Secretária Municipal de Assistência - Interina



MANIFESTO DE ASSINATURAS

